

Os métodos de governar do PT

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras

É difícil saber qual será o estilo de governança do PT no mandato Lula III. Se repetir o passado, o futuro é preocupante. O PT nasceu em 1980 de uma mescla de ideias do sindicalismo, da doutrina social da Igreja Católica e do marxismo. O partido sempre pregou a democracia participativa fortemente enraizada nos movimentos sociais de base.

Para dar vida à democracia participativa, as políticas públicas eram discutidas em conselhos e conferências nos quais participaram mais de 6 milhões de pessoas entre 2003-16. Nesses grupos estavam servidores públicos nomeados por influência do PT e representantes dos supostos beneficiários das políticas, dirigentes sindicais e de ONGs e empresários. As reuniões eram intermináveis e repletas de debates improdutivos.

Com frequência, as conclusões eram aprovadas por aclamação. É claro que a participação da base é salutar e democrática. Mas ela se torna danosa quando despida de argumentos técnicos ou quando quer tornar toda causa legítima em texto legal. Imaginem se a vida acadêmica seguisse só os desejos dos alunos. Ou se um conselho determinasse a criação de subsídios crescentes para a Petrobras.

Ao pautar os órgãos públicos, o assembleísmo retardava ou esterilizava as ações do governo. E mais. Toda vez que Lula não conseguia atender um pedido aprovado pelas bases, logo criava um novo órgão para discutir o assunto. O Brasil dos anos 2003-16 virou uma grande mesa de negociação na qual surgiam mais papéis do que propostas técnicas.

Foi um tempo de muita reunião e pouco resultado. Eu mesmo participei do Fórum Nacional do Trabalho, que se arrastou de 2003 a 2005, sem nenhum resultado prático.

O assembleísmo cria a sensação de democracia quando na realidade é o ápice do imobilismo. O assembleísmo é dispendioso. O governo do PT sempre pagou as despesas de viagem, estadia, alimentação, etc. da maioria dos participantes, o que fazia aumentar o seu interesse para integrar conselhos e conferências. Muitos participantes acabavam sendo nomeados para cargos públicos. O PT se notabilizou pelo empreguismo e pela ganstância de verbas públicas.

O oposto do assembleísmo é o dirigismo autoritário, igualmente nefasto para a administração pública e para a economia. Seria um erro cair nessa armadilha. Assim como será um erro voltar ao assembleísmo descontrolado no governo Lula III. Os primeiros sinais são preocupantes. Lula quer criar mais de 30 ministérios. A sua equipe de transição tem mais de 300 participantes. Ele prometeu recriar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e vários dos seus filhotes para os assuntos da educação, saúde, vida urbana, reforma

agrária, povos originários e outros. No campo do trabalho, pretende que assuntos complexos como ajustes na CLT e a reforma sindical sejam discutidos em mesas de negociação tripartites nas quais os representantes do governo coincidem com os representantes dos trabalhadores num placar de 2 x 1 como ocorreu no passado. Adeus, tripartismo.

Modestamente, penso que Lula tem pela frente dois caminhos. No primeiro ele poderá reduzir e controlar o assembleísmo nefasto para realizar um bom governo e deixar o seu nome gravado na história de forma diferente do que ocorreu nos últimos anos.

No segundo caminho, ele poderá manter o assembleísmo para alimentar a militância e os movimentos de base do PT e dos partidos coligados. Os eventuais fracassos seriam novamente atribuídos às “elites”, na tentativa de levar adiante o antigo projeto de poder do PT.

Torço, sinceramente, pelo primeiro caminho. O povo sofrido precisa de ações consequentes e não de festivais pirotécnicos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Concentração

De acordo com dados recentes divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições de 2022, nada menos do que 90,7% de todos os recursos provenientes do Fundo Eleitoral, ficaram concentrados em mãos de apenas 3,4% dos candidatos. Isso equivale a dizer que dos milhares de candidatos que disputaram cargos eletivos em todo o país, apenas 950 deles tiveram acesso pleno aos R\$ 2,5 bilhões liberados.

Trata-se de uma concentração de recursos, que de certa forma parece copiar o modelo que desde sempre tem existido dentro da sociedade brasileira, considerada hoje a que apresenta uma das mais desiguais do planeta. Segundo o IBGE, entre 2020 e 2021, 1% dos mais ricos do país, chegavam a ganhar mensalmente 38,4% mais renda do que os 50% mais pobres, ou metade da população.

Essa desigualdade se alastra também pelo mundo. A cada 30 horas, surge um novo bilionário no planeta, sendo que no mesmo intervalo de tempo mais de um milhão de pessoas cai para o patamar de extrema pobreza.

O mundo político, tal qual é organizado em nosso país, copia as mazelas da desigualdade social existente aqui e além-mar. Na verdade o que temos em matéria de organização política é a predominância do chamado caciquismo, no qual os donos das legendas organizam a distribuição do dinheiro do pagador de impostos, via Fundos eleitorais e Partidários, de acordo com critério distantes anos luz de quaisquer princípios republicanos ou éticos.

Por aqui, o grosso dos recursos desses Fundos, vai parar em mãos de candidatos de etnia branca, ligados aos caciques, que escolhem a dedo, quem tem chance de eleger-se e quem não tem. Nesse butim legal, apenas o Partido Novo não utiliza os recursos do Fundo Eleitoral em suas campanhas. No geral os candidatos negros chegam a receber 11 vezes menos que candidatos brancos e ligados às cúpulas partidárias. Esse tipo de desigualdade não fica restrito apenas a cor da pele.

Pesquisas mostram que o Fundo Eleitoral além de não incentivar a participação das mulheres na vida política nacional, destina menos de 30% para elas, mesmo havendo cota de gênero. Para piorar uma situação que em si é desigual e injusta, o atraso no repasse dos recursos do Fundo Eleitoral para as campanhas para os candidatos chega a inviabilizar algumas campanhas.

É preciso deixar claro aqui que os processos de desigualdades observados e existentes dentro no atual modelo político e partidário do país provocam consequências diretas também para a vida social, espelhando essa injustiça. A resolução dos grandes problemas nacionais passa também pelas instituições partidárias. Se essas são injustas e mal organizadas, também o será a sociedade.

As políticas públicas são também reflexos dos modelos partidários, pois são exercitadas por entes políticos, ligados à partidos. Se os partidos não tomarem para si a responsabilidade de organizarem-se como entidades totalmente montadas a partir de bases éticas e humanas, com especial atenção a boa administração dos recursos públicos, de forma equânime e justa, todo o resto e com ele o Estado, o governo e a própria sociedade estão fadados ao fracasso.

» A frase que foi pronunciada

“Penso, logo existo.”

René Descartes

Homenagem

» Um verdadeiro astro que passou por Brasília e deixou muitas histórias e ciência. Como membro fundador do Centro de Pesquisas Físicas, aponta a biografia dos arquivos da UnB, o físico Roberto Aureliano Salmerón deixou enorme legado. Faleceu em junho do primeiro ano de pandemia, aos 98 anos. Para quem cresceu em Brasília, esse nome se mistura à vizinhança e às revistas científicas de física nuclear de altas energias.

Salão Nobre

» Em 15 de dezembro, às 18h, toma posse no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) o desembargador Demétrius Gomes Cavalcanti. Um coquetel no local, após a solenidade, será a oportunidade para cumprimentar o novo membro titular da Corte.

Guinada

» Lucas Gabriel Lourenço de Paula, com vários diplomas em Tecnologia da Informação, pensa no sistema Azure na SUS. Atendimento agendado, sem fila, casos mais simples por consulta remota. No histórico, o registro dos médicos em serviço, histórico de atendimento. Ideias e meios existem. Com um pouco de vontade política o SUS seria um diferencial no planeta.

INSS

» Dados dos aposentados precisam ter segurança redobrada. O último trote recebido pelo José Felipe Ramos foi que seu dinheiro do mês ficaria preso porque, segundo o sistema, ele havia feito um empréstimo, o que não era verdade. Nesse caso pegue o nome e matrícula do funcionário e um telefone fixo para conferir a veracidade no próprio INSS.

» História de Brasília

Quanto aos salários em atraso, há uma informação boa: sairá a dinheiro no dia 14, porque a Prefeitura fez um adiantamento à Fundação, enquanto o Tribunal de Contas registra a verba do novo ano financeiro. (Publicada em 13/3/1962)



Em lados opostos?

» ADRIANA MODESTO

Doutora em Transportes e mestra em Ciências da Saúde

A cada quatro anos, uma singela bola rola nos gramados colocando nações em lados opostos. No cenário da disputa em que uma seleção levará o caneco, guerreiros carregam em suas chuteiras as esperanças da população. Da torcida se espera o entusiasmo; dos jogadores, o talento e o fair play; do juiz, a imparcialidade. Se no Oriente Médio o cenário da disputa remete ao petróleo e à polêmica em torno dos trabalhadores imigrantes, por aqui segue sendo o da mobilidade urbana, tendo como evento mais recente o controverso episódio de violência praticada contra um rodoviário.

Se no Catar os gentílicos genuínos (ou não) definem de que lado se está, no caso da mobilidade urbana, em específico no que tange ao transporte público coletivo, talvez motoristas profissionais e usuários (tendo em vista o perfil prevalente), não tenham consciência que foram escalados para a mesma equipe, a dos trabalhadores.

A ocorrência acima referida apresenta várias nuances: acidente de trabalho envolvendo rodoviário; cadeia que compõe a prestação do serviço; e elementos distais e proximais pertinentes ao evento indesejado, então, a fim de consubstanciar a análise do caso, esclareço: nenhuma atividade laboral está livre de riscos ocupacionais e, a depender da atividade, a graduação dos riscos pode potencializar a exposição do trabalhador a determinadas ameaças.

Considerando-se a dinâmica laboral de rodoviários, sublinho como fatores de risco aqueles relacionados à organização do trabalho; ao veículo; e ao ambiente. Esses profissionais têm como espaço de ofício ambiente parcialmente não controlado (vias), sujeito à violência urbana

e os riscos do trânsito. A meu juízo, isso acaba impondo dupla carga de vulnerabilidade, as inerentes ao ofício e as inerentes ao trânsito. No caso deles, por se tratar de motoristas profissionais, experimentam maior tempo de exposição aos riscos do trânsito quando comparados àqueles que utilizam o transporte apenas para promover deslocamentos — origem/destino.

O trabalho como rodoviário pode favorecer alguns danos à saúde: obesidade, hipertensão arterial, doenças da coluna, perda auditiva, distúrbios do sono e psiquiátricos entre outros. Em se tratando de acidente de trabalho, é necessário que o trabalhador seja assistido pela empresa, entendendo que as entidades de classe podem atuar para que sejam garantidas ou reivindicadas condições seguras de trabalho. Complemento com a promoção da saúde secundária e terciária no que se refere à reabilitação, realocação no mercado de trabalho, invalidez transitória ou permanente. Acrescento que, além de eventual absenteísmo, é sempre importante considerar o “presenteísmo”.

Em sentido amplo, é imprescindível a promoção de ações voltadas para a gestão da segurança no trabalho, adoção de barreiras de proteção e segurança para que o evento indesejado — acidente — seja evitado. Poderia relacionar como medidas preventivas, por exemplo, as de natureza ergonômica, treinamento e capacitação do trabalhador dialogando com o aspecto da segurança viária, naturalmente sem imputar ao profissional eventuais falhas do sistema; manutenção veicular (frota), e conscientização da população.

No caso deles, trabalhadores, é importante mencionar que uma parcela experimenta condições laborais precarizadas haja vista as

meias jornadas, a pressão para o cumprimento da programação (itinerários e horários), as condições dos terminais, além da fragilização das relações laborais e garantias sociais impostas pela recente reforma trabalhista.

No que tange ao contexto do ofício, destaco ainda: a existência de um trânsito nervoso devido ao uso massivo do transporte individual motorizado no DF; o fato de que estão em curso obras de infraestrutura viária que têm gerado uma série de desdobramentos no trânsito (congestionamentos, desvios de curso) que, por consequência, acabam interferindo também na operação e, por sua vez, podem gerar estresse excessivo nos motoristas profissionais.

Relativo ao episódio, enfatizo que há canais apropriados (embora muitas vezes não efetivos) para a manifestação de descontentamento e queixas por parte da população, ouvidorias, por exemplo, não sendo correto ou tolerável, ainda que reconheça a legitimidade da insatisfação com o sistema como um todo (sou usuária), penalizar aquele que também é vítima do sistema, colocando a integridade física e a vida desse trabalhador em risco, assim como dos demais usuários.

Diante do exposto, ponderando-se quanto à cadeia que compõe o serviço, infiro que o passageiro e o motorista profissional (além do cobrador), são os sujeitos mais vulneráveis, portanto escalados para a mesma equipe. Não sei se o Brasil levará o caneco, mas, no âmbito da mobilidade urbana, o desejo é que a Seleção do DF ganhe a Copa da cidadania, do fair play, das condições laborais adequadas, da oferta de serviços inclusivos, sustentáveis e seguros.